



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

O GOPLE DE 2016 E A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO: FACES PERVERSAS DO ULTRANEOLIBERALISMO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

SEBASTIÃO RODRIGUES MARQUES ¹

RESUMO

O cenário atual brasileiro apresenta desdobramentos da crise do capital de 2008 e da crise política brasileira aberta pelo golpe de 2016. Expressa o rompimento do pacto conciliatório de classes implementados pelos governos do PT. Objetiva-se aproximar-se das análises acerca desse processo e os desdobramentos para os direitos sociais. Recorreu-se a literatura da tradição marxista de modo a compreender as chaves analíticas do golpe de 2016 e o acirramento das medidas ultraneoliberais para os direitos sociais no governo Bolsonaro. Destaque-se a Educação Superior e o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, comprometendo o direito à Educação.

PALAVRAS-CHAVES Crise Política. Golpe de 2016. Ultraneoliberalismo. Direitos Sociais

ABSTRACT

The current Brazilian scenario presents the consequences on the 2008 of the 2008 capital crisis and the Brazilian

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

political crisis opened by the 2016 blow. It expresses the rupture of the conciliatory class pact implemented by the PT governments. The objective is to approach the analyzes about this process and the consequences for social rights. The literature of the Marxist tradition was resorted to in order to understand the analytical Keys of the 2016 blow and the intensification of ultra-neoliberal measures for social rights in the Bolsonaro government. Higher Education and the National Student Assistance Program/PNAES stand out, compromising the right to education.

KEYWORDS Political Crisis. 2016 Blow. Ultraneoliberalism. Social Rights

I. INTRODUÇÃO

A discursão central do texto é tratar do Golpe de 2016 e os seus perversos desdobramentos para os Direitos Sociais, cuja lógica diretriz, seja o ataque macabro a eles pelo atual governo de cunho ultraneoliberal. Cujos objetivos estejam circunscritos em aproximações teóricas acerca do terreno que prepara o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016, expresso pelo impeachment de Dilma Rousseff, e a constituição de um rearranjo das forças políticas das classes dominantes e seus projetos de poder que asseveram medidas de cunho neoliberais para os direitos sociais, em especial, desdobramentos para o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES implementado pela Política de Educação Superior nas universidades federais do país.

A referida discussão tem sua importância e relevância pela urgente necessidade de compreensão diante do cenário aberto pela crise do capital e o golpe de 2016, traduzido na radicalização da ofensiva do capital aos direitos sociais. Assim como, contribuir para o aprofundamento dessa temática para os estudos no doutorado no que diz respeito ao seu objeto de estudo que compreende as tendências e desafios para o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES no contexto de acirramento das contrarreformas ultraneoliberais. E, para além dessas questões sinalizadas, a compreensão dessas mudanças em curso poderá

favorecer elementos de fortalecimento das lutas sociais para o acesso e permanência na assistência estudantil, estratégica para o direito à educação.

O paradigma teórico-metodológico se acosta a partir das elaborações da tradição marxista, com base em autores clássicos e contemporâneos referenciais dessa tradição, recorrendo também a análise de teses e outras produções teóricas publicadas em artigos científicos e revistas, que versam sobre a crise do capital, o golpe de 2016 e o cenário devastador para as políticas sociais no século XXI, nesse recente cenário de radicalidade do neoliberalismo para os direitos sociais.

Quais as processualidades, legalidades, mudanças, tendências que se apresentam nessa conjuntura aberta pelo golpe de 2016? Em uma breve análise desse processo do golpe em que afastou uma presidenta da república do seu mandato e as sucessivas ações de ataques aos direitos sociais, grupos e minorias sociais fica explícita a funcionalidade do Estado Democrático de Direito para o projeto Burguês a quem serve. De cunho conservador e estritamente comprometido com o esfacelamento dos avanços constitucionais previstos na Constituição de 1988, recebendo “carta branca” e de forma descarada, a satisfação para o genocídio frente a COVID-19, o aumento da fome, do desemprego, e para uma agenda de contrarreformas para os direitos sociais. Esse Estado, vem assumindo faces perversas no desgoverno do “Messias” Bolsonaro.

II. O BRASIL GOLPEADO EM 2016

Pensar o Brasil das primeiras décadas do Século XXI é ter a certeza do reavivamento do recrudescimento das marcas conservadoras do processo de colonização tratadas por Prado Jr (1985), Sergio Buarque (1995), recebendo ainda toques atualizados do caráter historicamente desigual e dependente que lhe vincula à economia mundial tratados por Fernandes (1976); E, ainda cabe, nessa evocação do pensamento de autores que analisaram o Brasil, o Onitorrinco de

Francisco de Oliveira (2011) enquanto uma metáfora do Brasil que convive com desigualdades econômicas, políticas e sociais aberrantes.

Os elementos referenciados pelos autores acima, assumem contornos dramáticos e bárbaros na cena contemporânea de um Brasil que é governado por uma figura patética, da extrema-direita com traços autoritários e neofascistas². A chegada do “Messias” Bolsonaro ao Palácio do Planalto revela determinações macrossocietárias de estratégias da burguesia nacional em superar as crises do modo de produção capitalista e de aspectos político-ideológicos que marcaram o desgaste dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)³.

Precisamente no Brasil, os impactos das medidas do ajuste estrutural do capital começaram a ser materializadas na década de 1980 com ações de reestruturação produtiva, sendo intensificadas com as medidas da acumulação flexível no processo produtivo na década de 1990, de acordo com Mota (2009, p. 60). Ainda nos anos de 1990, as ideias neoliberais ganharam força, “[...] destinado a disputar hegemonia” (ANDERSON, 1995; MOTA, 1995 apud BEHRING, 2009, p. 310), no campo social se teve o aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade (NETTO, 2006 apud BEHRING, 2009, p. 310), e no campo político uma crise da democracia (WOOD, 2003 apud BEHRING, 2009, p. 310). A Reforma

2 Acerca da utilização do termo fascista/neofascista é importante as considerações de Mattos (2019, p.19): “O debate sobre os paralelos entre a situação política atual, de ascensão da extrema-direita, e o fascismo “histórico” não se restringe ao caso brasileiro. A questão está posta internacionalmente, com a presença de governos e de forças políticas influentes abertamente reacionários em países do Norte, assim como do Sul Global. Tratando da convergência recente entre partidos conservadores de direita tradicionais e novas agremiações partidárias da extrema-direita de origem fascista, David Renton destaca um processo em que “os conservadores que escolheram esse padrão se parecem mais autoritários e os fascistas estão parecendo mais com os conservadores comuns”. Apesar de expor muitas reservas à rotulação “fascista/neofascista” para a extrema-direita atual, Renton chama a atenção para o fato de que o “conhecimento da história do fascismo pode ajudar a compreender a extrema-direita atual”, ao menos como “uma analogia para explicar algo novo”.

3 “ [...] podemos dizer que o impulso dessa onda conservadora e ultraneoliberal pode ser identificado a partir de 2013, com as manifestações espontâneas de massas, cujas pautas são reveladoras da insatisfação popular em relação aos serviços públicos, a democratização do Estado e aos paradoxos da gestão petista, então ocupante da Presidência da República. Culmina com o transbordamento das contradições da democracia blindada/e ou democracia de cooptação, abrindo espaço para a ofensividade da direita tradicional, da nova direita e dos seus asseclas. Seu ápice foi o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016, quando depuseram uma presidenta da República legitimamente eleita. Esse processo se alarga e se espalha a partir de então com o surgimento de jovens lideranças, apoiadas por velhos e novos “caciques” da direita, a quem se aliaram organizações empresariais, com destaque para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), um dos principais apoiadores e financiadores das manifestações populares verde-amarelas de direita e extrema-direita”. (MOTA, 2019, p. 141).

do Estado ganha destaque a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com suas medidas contra reformistas do Estado, nas considerações de Behring (2009, p. 72) sendo adensada nos governos seguintes do presidente Luís Inácio Lula da Silva, da presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer e do atual presidente Jair Messias Bolsonaro que assevera essa face ofensiva do neoliberalismo. Essas saídas implementadas desde a década de 1980 de restauração do modo de produção capitalista consubstancia uma cultura da crise, conforme sinalizada por Mota (1995 apud BEHRING, 2009, p. 80)

[...] uma cultura política da crise recicla as bases da hegemonia do capital, mediando as práticas sociais das classes e formando um novo consenso. [...] o enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando na sociedade civil e no Estado a condução do processo. Compõe essa disputa a difusão por parte das classes dominantes de uma cultura da crise, cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do cidadão-consumidor, com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados.

A realidade brasileira guarda suas particularidades do seu passado histórico combinando-se com as especificidades de cada governo citado anteriormente, entretanto, o plano “desenvolvimentista” do país convive com as contradições do capitalismo conforme já sinalizada por Mota (2009). Acerca das crises, “[...] elas são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade”. (NETTO; BRAZ, 2006, p 162 apud MOTA, 2009, p. 54). Os dois governos do presidente Lula apesar dos avanços no campo das políticas sociais, estiveram alinhados aos interesses dos banqueiros e do grande capital, sendo continuado com a sua sucessora, no seu primeiro mandato, até a sua saída via processo de impeachment votado em 31 de agosto de 2016 no Senado Federal retirando a presidenta Dilma Rousseff⁴ do cargo. Na análise de Alves “os governos pós-neoliberais de Lula e Dilma não apenas não

4 “Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava” (BRAZ, 2017, p. 87-88).

alteraram a dinâmica sociometabólica do novo capitalismo flexível, mas, pelo contrário, a impulsionaram de forma sistêmica”. (2013, p. 01).

Durante o final do primeiro mandato do presidente Lula, o mundo vivencia “algo sinistro” como pontuou Harvey (2011). Começou a ocorrer nos Estados Unidos em 2006 sendo nomeada em 2008 após a sua onda devastadora no mercado habitacional nos Estados Unidos, de crise das hipotecas subprime. “Até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados. Os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel” (HARVEY, 2011, p. 09). Essa crise do capital ganha corpo e começa a se expandir para além do epicentro americano, afetando o resto do mundo, a exemplo do Reino Unido, Leste e Sudeste da Ásia, Alemanha, Brasil, Rússia, Venezuela, dentre outros países. Essa crise conhecida como estouro da bolha imobiliária nos Estados assumiu um caráter de “mãe das crises” que passaram a ocorrer com mais frequência após a crise do capital dos anos de 1970 (HARVEY, 2011, p. 13), onde o papel do Estado é fundamental no socorro ao sistema financeiro. No caso do Brasil, de acordo com Salvador “as medidas adotadas no campo da política monetária, destacadamente as mudanças nas regras do depósito compulsório, leilões com dólar e a linha de troca de moeda com o Federal Reserve (FED), que somaram R\$ 284 bilhões” (2010, p. 624).

Esse cenário no Brasil se complexifica com a Crise institucional e o Golpe antidemocrático em 2016 por meio do choque de interesses das classes capitalistas, em que a presidenta Dilma não mais servia aos interesses dessas classes (BRAZ, 2017), sendo retirada do cargo por meio do processo de impeachment.

Ao longo de 2015, convencida de que o petismo não seria capaz de realizar as contrarreformas, a austeridade fiscal e os ataques aos direitos sociais com a velocidade e a profundidade exigidas pelo capital em tempos de crise, a burguesia, impudentemente, optou pelo golpe. Livre dos inconvenientes que a popularidade acarreta, Temer pôde efetivar agressivas medidas impopulares. (DEMIER, 2019, p. 124)

O Golpe de 2016 nas análises de Demier (2019) para além dos ataques da

ofensiva contrarreformista aos direitos sociais, ele alcançou os seus objetivos no que diz respeito às exigências de fragilização das liberdades civis e democráticas, fazendo-se necessárias aos ditames do capital com medidas antidemocráticas:

“ [...] exacerbação da repressão aos movimentos sociais, a perseguição jurídico-policia a professores, reitores e sindicalistas, o uso das milícias para fins propriamente políticos (assassinato de Marielle), a liberação de *fake news* pela justiça eleitoral, a invasão de universidades por agentes desse mesmo órgão, a proibição da candidatura de Lula e, finalmente, a sua prisão política, cujas provas são tão reveladoras dos fatos reais quanto os milagres relatados nas escrituras”. (DEMIER, 2019, p. 122)

Ainda recorrendo aos escritos de Demier (2019), os planos da burguesia pelo seu candidato preferencial (Geraldo Alckmin) não lograram êxito para a ocupação da presidência da república seja pelos dispositivos autoritários de Michel Temer, seja pelos aspectos das medidas antidemocráticas referenciadas acima. Em um breve resumo: “ As eleições do golpe foram, portanto, o golpe das eleições” (DEMIER, 2019, p. 125). Mesmo contrariada pelos resultados das eleições e por uma classe média reacionária⁵, “[...] a alta burguesia dos grandes salões não se conteve apenas em lavar as mãos, mas preferiu sujá-las mesmo, fazendo de tudo para que o *fuhrer tropical*, mitificado por toda essa fauna e flora do rebotalho do capital, fosse vitorioso nas urnas no segundo turno de 2018”. (id.2019, p. 126).

O golpe de 2016 e o bolsonarismo em vigência guardam total vinculação pois o arranque de Dilma Rousseff da presidência da república é parte das estratégias para o enfrentamento da crise da bolha imobiliária dos Estados Unidos (2008), mas que se assevera no Brasil no segundo mandato de Rousseff.

5 “Arruinados economicamente, temerosos de sua proletarização, hostis ao assistencialismo social, incultos, iletrados e ignorantes, esses setores médios, arregimentados pela burguesia para o golpe, haviam, quando das mobilizações para aquele, desenvolvido a crença de que eles próprios poderiam governar e resolver, a seu modo, os problemas do país. Visceralmente antipetistas e descrentes da política, foram buscar seus lídimos representantes tanto em corporações elitistas não eleitas, como o Judiciário e as Forças Armadas, quanto em expoentes da marginalidade política, expressões no submundo político de uma burguesia *parvenus*, isto é, em uma *lumpemburguesia* composta por milicianos, contrabandistas, arrivistas, aventureiros, fazendeiros caipiras, fabricantes emergentes, empresários arruinados, especuladores obscuros, estelionatários, donos de termas, de empresas de segurança, de transporte, de postos de gasolina, *habitués* de churrascaria rodízio e camarotes de micaretas, pastores descrentes, ex-jogadores de futebol, artistas pornô e leitores de um guru astrólogo delirante” (DEMIER, 2019, p. 125)

De acordo com Mattos (2019, p. 38-39), Bolsonaro é eleito frente a uma crise econômica com índices elevados de desemprego e miséria, entretanto, revela sinais do esgotamento dos governos petistas de conciliação de classes, cujo marco ocorre nas Jornadas de Junho⁶, de 2013. Mesmo diante desse cenário, Dilma Rousseff numa vitória apertada nas urnas, venceu as eleições, restando apenas “[...] o caminho autocrático para afastá-la, numa mobilização de forças judiciárias, parlamentares e midiáticas que deu origem ao golpe do *impeachment* em 2016”. (id. p.39). Um outro aspecto sinalizado por Mattos é a questão da base social da ascensão do bolsonarismo formada pela pequena burguesia e as classes médias, sendo produto o golpe de 2016 e o “Messias” como chefe do poder executivo federal, beneficiando a opção política da grande burguesia brasileira.

Esse momento histórico no cenário contemporâneo aberto pelo golpe de 2016 e o bolsonarismo com suas formas perversas atuando pelas instituições sugere inúmeras chaves analíticas para compreender as mudanças em curso e o que está por vi com os resultados das eleições presidenciais de 2022, cuja disputa se concentra entre o projeto de governo de Bolsonaro e o projeto de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Longe de esgotar esse debate, cujo intuito foi de trazer elementos analíticos de intelectuais acerca desse contexto atual, de modo que possamos compreender que, o que está em jogo são as “[...] respostas às radicais às exigências do capitalismo contemporâneo [...]” como sinalizou Mota (2019, p. 140): substituição do cidadão com direitos pelo sujeito consumidor; enfrentamento da crise capitalista contando com a passivização da sociedade frente aos ajustes fiscais, sobretudo no campo do trabalho e da previdência social; e, a criminalização/desqualificação social e moral às conquistas libertárias e o comprometimento das pautas ambientais e territoriais.

O golpe de 2016 abriu inúmeras janelas para um projeto de extrema-direita

6 “Naquele mês de manifestações multitudinárias, com múltiplos e fragmentadas demandas, tanto a base social de apoio aos governos petistas começou a erodir-se, em meio a reivindicações por conquistas sociais mais amplas e direitos universais (saúde pública, educação pública, transporte, habitação, etc.), quanto o sinal de alerta para as representações burguesas do grande capital foi ligado, pois os governos de conciliação de classe já não entregavam o que prometeram e puderam cumprir até ali: a paz social”. (MATTOS, 2019, p. 38)

com traços fascistas, assim como, para a agenda voraz do capital corroer os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Compreender o leito desse “rio”, níveis, desníveis, sua devastação atingindo inúmeros segmentos da classe trabalhadora; fragilizando os direitos sociais/políticas sociais e fortalecendo a hegemonia do capital tenha a sua importância e urgência, no sentido de proporcionar adensamento nas análises das situações em sua concreticidade nesse Estado que “[...] reforça a dinâmica do capital⁷”. (MASCARO, 2018, p. 130). Eis o desafio que não se exaure no item que segue, mas que tem o objetivo de fazer aproximações com essa realidade golpeada, cujos impactos mais incidentes sejam nos direitos sociais cujas radicalizações das prerrogativas do capital ressoem com mais intensidade: seja cortando os direitos pelo conjunto de contrarreformas; seja a população sentindo na própria “carne” esses cortes por meio da inflação, desemprego, fome, miséria e pelo pouco acesso e precarização/fragilização das políticas sociais.

III.O CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DAS CONTRARREFORMAS ULTRANEOLIBERAIS DO GOVERNO BOLSONARO PARA OS DIREITOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988 marca um importante momento na história do Brasil configurando o estabelecimento de um conjunto de garantias constitucionais no campo dos direitos sociais, trabalhistas e humanos; sendo expressão das lutas pelo fim da ditadura civil-militar e por “ares” mais democráticos, embora não tenha apresentado transformações profundas como aspirava as lutas dos grupos pela democratização do país. (CAETANO;

⁷“O Estado nem é instrumento neutro que possa ser conquistado pela classe trabalhadora em benefício da superação do capitalismo, nem é burguês por ser controlado diretamente por burgueses. Sua forma social é capitalista. É exatamente por institucionalidades políticas estatais que os circuitos da acumulação se gestam e se garantem. Além disso, a própria materialidade do Estado depende diretamente da acumulação – sua existência demanda tributação e expectativa de força econômica –, sendo sempre, então, instrumento de reforço da dinâmica do capital.” (MASCARO, 2018, p. 130).

MARCONSIN, 2019, p. 166). Conforme pontuado anteriormente, o Brasil acena para o receituário de socorro ao capital a partir da década de 1980, implementando um conjunto de contrarreformas aos direitos previstos no texto constitucional de 1988⁸, a exemplo da Reestruturação produtiva, da Reforma do Estado sedimentados pela ideologia neoliberal. Esse modelo é fortalecido pelos Governos de Fernando Henrique Cardoso/FHC (1995-2003) que assume centralidade no conjunto de contrarreformas, nos termos de Mota (2019, p. 145): “[...] com privatizações das empresas estatais, a Emenda Constitucional (EC) nº 20, relativa à reforma da Previdência Social, e a dubiedade em relação à política de Assistência Social – quando concomitante à regulamentação da LOAS, o governo criava, por fora dessa política, o Programa Comunidade Solidária e algumas medidas de transferência de renda”.

Nos governos petistas⁹ de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016), embora tenha existido importantes avanços nos direitos sociais, os referidos governos estiveram alinhados a hegemonia do grande capital e dos seus sócios, nos termos de Braz (2017). Os elementos mais gerais do golpe de 2016, citado no primeiro item desse trabalho, sinaliza a ação articulada e efetiva da alta burguesia que estava convicta de que a ex-presidente Dilma Rousseff não realizaria na velocidade requerida pela burguesia os ataques aos direitos sociais para atenuar a crise do capital. (DEMIER, 2019, p. 123). Assumiu a presidência da República, Michel Temer, que implementou um conjunto de contrarreformas com novas medidas para a retomada da lucratividade, dentre elas, a Emenda Constitucional EC/95 que congelou gastos para as áreas da Educação e Saúde por 20 anos “com o objetivo de reduzir sua participação a meros 10% do PIB,

⁸“A onda neoliberal que assolou o Brasil, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, impôs um ajuste fiscal brutal que impactou sobremaneira nos direitos até então adquiridos pelos/as trabalhadores/ as, causando um horrendo panorama de declínio social por meio do crescimento e intensificação da pobreza e extrema pobreza”. (SOARES, 2000) apud (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 274).

⁹ “No período petista [...] houve crescimento das políticas de combate à pobreza que, em certa medida, promoveram a assistencialização da Seguridade Social em face da centralidade da assistência Social e dos programas de transferência de renda que se realizaram vis-à-vis à mercantilização de outras políticas, bens e serviços. Paulatinamente, os acessos garantidos pelos direitos foram transformados em direitos ao consumo mercantil – forjando [...] a constituição do cidadão consumidor”. (MOTA, 2019, p. 146).

abrindo espaço para a presença do setor privado, e nele, especialmente o capital estrangeiro, em atividades antes desenvolvidas ou garantidas pelo Estado” (MARQUES; UGINO, 2017, p. 20);

A Proposta de Reforma da Previdência PEC/287 em 2017, não sendo aprovada em razão das denúncias de corrupção, pela proximidade das eleições presidenciais e pelos custos para aprovar a reforma (GRANEMAN, 2020) e a aprovação da Reforma Trabalhista, alterando 117 artigos e 200 dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 2017. Essa é a “Ordem” a que o Brasil é chamado, a adequação aos ditames e interesses do capital financeirizado internacional, nos termos de Marques; Uginó (2017). A questão se assevera no atual Governo Bolsonaro/Mourão, em novembro de 2019, a Reforma da Previdência foi promulgada, tornando-se uma questão de urgente necessidade reformar os sistemas de emprego e de direitos trabalhistas e sociais como pontuou Graneman:

Para que este vertedouro de riquezas se reproduza na direção dos capitais há que, permanentemente, diminuir os montantes destinados à reprodução social da vida da classe trabalhadora para aumentar a porção destinada aos credores do Estado. Nessa equação, a redução dos direitos sociais pela via das contrarreformas (trabalhista, previdenciária, educação, saúde, etc), da limitação de gastos sociais, constituem as privatizações clássica e não clássica do fundo público (Granemann, 2012) que são, ao mesmo tempo, produto e condição da transferência do fundo público aos grandes capitais; resultado e exigência da acumulação dos capitais mediada e garantida por seu Estado. Os detentores desses títulos são os grandes investidores, especuladores, bancos, seguradoras, capitalistas de todas as espécies, fundos de pensão. Ao ‘conjunto da obra’ denominam “previdência” complementar (aberta e fechada); na crítica da vida concreta o sabemos capital fictício, capitalização (GRANEMAN, 2020, p. 61-62).

A pauta do governo Bolsonaro no campo das políticas sociais segue a lógica conservadora¹⁰ e contrarreformista, potencializando mobilizações no congresso nacional para aprovação de projetos que atentam contra os direitos sociais e dos

10 “Recentemente essa onda conservadora se expressou em termos de vitórias eleitorais da direita no Poder Legislativo, assim como no Executivo, de diferentes países: Donald Trump nos EUA, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Ivan Duque Martins na Colômbia, Macri na Argentina, Macron na França, Jair Bolsonaro, no Brasil, entre outros casos. Como parte da vitória da direita no parlamento, podemos citar também a aprovação do Brexit na Inglaterra. De modo geral, essa “nova direita” apresenta uma cartilha ultraneoliberal – que propugna privatizações, maior retração do Estado no que se refere às políticas sociais (desfinanciamento) e a retirada do que ainda restou de direitos trabalhistas – combinada a uma defesa aberta da repressão aos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores em geral e da esquerda em particular. Uma vez vitoriosos, tais nomes se colocaram à frente de governos voltados para a defesa incondicional do capital, no formato que este assume na atualidade”. (CAETANO; MARCONSIN, 2019, p. 171).

trabalhadores e trabalhadoras: No atual momento, tem-se o debate da Proposta de Reforma Administrativa PEC 32/2020 que ameaça o serviço público; A Medida Provisória nº 1.061 de 09/08/202, que criou o Auxílio Brasil, foi regulamentada pelo Decreto nº 10.831 de 06/10/2021 que põe fim ao Programa Bolsa Família, após 18 anos da sua existência, o último pagamento do PBF e do Auxílio Emergencial foi no final de outubro de 2021, dentre suas fragilidades, se configura como um decreto e sem definição da base de financiamento.

Em todas as esferas de atuação do Estado ocorrem medidas agressivas por parte do Bolsonarismo que atentam contra os direitos garantidos constitucionalmente, seja na área do Trabalho, Previdência Social, Sistema Único de Saúde/SUS, Desenvolvimento Social e Sistema Único de Assistência Social/SUAS, Comunicação, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Direito à Cidade e à Moradia, Direitos Humanos, Igualdade e Gênero, e não por menos, a Educação. Acerca da Política de Educação, praticamente alvo em seu cotidiano de ataques e retrocessos por parte desse governo, disseminando inúmeras ações no campo normativo, político e ideológico¹¹ sendo capitaneadas por seus ministros que passaram pelo Ministério da Educação Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub¹² a guerra ao “marxismo cultural” e como dessa empreitada os enfrentamentos da agenda presidencial “[...] contra a inteligência, a ciência e universidade brasileira”. (SENA JUNIOR, 2019, p. 213).

É importante destacar as considerações das intelectuais Castilho; Lemos

11 Não cabe nesse artigo citar as inúmeras ações de ataque a educação do período do golpe de 2016 até o presente momento, entretanto, é necessária a leitura do livro *O Golpe de 2016 e a Educação no Brasil* organizado por Claudinei; Krawczyk (2018), em especial o capítulo *A Crise Política e o papel da Educação na resistência ao Golpe de 2016 no Brasil*, de Dermeval Saviani.

12 “[...] sem que seja capaz de apresentar nada além de factoides mesmo estando à frente de uma pasta que apresenta sérios e urgentes problemas, como os baixos índices na avaliação do Programme for International Student Assessment (PISA), na qual o país ocupa os últimos lugares, além da persistência de milhões de analfabetos e semianalfabetos, Weintraub resolveu, com o incentivo de seu chefe, que sua principal tarefa é intensificar a guerra contra professores, especialmente os da área de ciências humanas. Para o ministro da Educação de Bolsonaro, que parece não entender bem a dimensão ultraideológica do discurso que pratica, porque acha que ideologia é apenas aquilo que foi feito nos governos do PT, as questões polêmicas que ele se propõe a resolver talvez sejam aquelas que se relacionam aos direitos humanos, à igualdade de gênero, ao combate à intolerância, ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, pautas que entraram no campo da educação nas últimas décadas e que ajudaram o Brasil a percorrer um breve percurso de democracia e reparação, ainda que com imensos déficits e percalços”. (SENA JÚNIOR, 2019, p. 213).

(2021, p. 270) acerca da expressão aguda da necropolítica¹³ no bolsonarismo que cede espaço às medidas de socorro à crise do capital no terreno fértil do avanço da extrema direita no mundo, acentuando “[...] as consequências do crescimento do profascismo, do ódio de classes, e dos crimes de xenofobia, lgtfobia e racismo¹⁴. As mortes e chacinas destes “ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata” (GALEANO, 1995) têm sido naturalizadas de forma inacreditável”. As autoras ainda ressaltam o aumento da violência com altos índices de mortes por intervenções policiais; sucessivos cortes e privatização na saúde pública; na previdência e assistência social; aumento da informalidade, para além do cenário peculiar da crise sanitária mundial em razão da pandemia do novo coronavírus¹⁵ que agravou as expressões da questão social.

No conjunto dos rebatimentos da atual crise do capital, a educação passou a ocupar um lugar de destaque na esfera econômica e na lógica da contrarreforma do Estado que resguarda um dos setores em que o Estado não seja o responsável exclusivo pelos serviços educacionais. As reformas universitárias ocorridas nos

13 De acordo com Mbembe (2016) apud (CASTILHO; LEMOS, 2021, p. 271) necropolítica significa: “a expressão máxima, do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”.

14 “É emblemático lembrar o assassinato no dia 18 de maio de 2020, do adolescente negro João Pedro Mattos, de 14 anos, atingido por um tiro de fuzil numa operação conjunta entre as polícias Federal e Civil no morro do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como também, do menino Miguel Otávio Santana da Silva, filho único da empregada doméstica Mirtes Renata que caiu de uma altura de 35 metros do prédio da patroa, na cidade do Recife, após Sarí Corte Real, consentir que a criança, de cinco anos, entrasse no elevador sozinha (COELHO; JÚNIOR; PEIXOTO, 2020). Em ambos os casos o que impera no Brasil é o racismo estrutural que sela o futuro da população negra e periférica e explicita o projeto macabro e genocida, travestido de fatalidade, do capital”. (Id. 2021, p. 270). Em 31/05/2022 o Tribunal de Justiça de Pernambuco sentenciou a pena de 8 anos e seis meses de Sarí Corte por abandono de incapaz, embora em 25/07/2022 essa mesma justiça tenha negado o pedido de prisão preventiva, alegando que Sarí Corte poderá recorrer da decisão em liberdade.

15 “Esta realidade, em sua maior potência, indica que apesar da contaminação parecer atacar a todos/as, de fato, nada têm de democrática, na medida em que, é a classe trabalhadora que vivencia as piores condições de vida, trabalho, moradia, alimentação, saneamento, acesso à saúde e negação de outros direitos sociais. Esta, portanto, tem menores condições de resistir, seja do ponto de vista de sua imunidade biológica ou de sua imunidade social. Numa conta matemática simples, os donos do poder, mais uma vez decidem quem vive e quem morre, como seres descartáveis. Algumas orientações de enfrentamento à pandemia, como “ficar em casa”; “evitar aglomerações” e “lavar as mãos”, não faz parte da realidade de milhares de trabalhadores/as informais no Brasil. Uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à água potável; à moradia; ao automóvel particular, algum bem de consumo ou tipo de direito trabalhista e previdenciário que possibilite a mínima proteção neste momento em que o medo e o pânico parecem tomar conta de todos/as. Para uma parcela significativa da classe trabalhadora, ou sai de casa ou não se tem o que comer, nem pagar as contas; ou se pega o trem lotado ou não se ganha o pão (Id. 2021, p. 270-271)

governos de FHC, Lula e Dilma demarcaram explicitamente os interesses do grande capital no sentido de empresariamento e mercantilização da Educação Superior. A análise de Lima (2012), aponta dois eixos que dão materialidade à lógica posta, sobretudo nos governos petistas, quais sejam: o primeiro eixo representado pelo aumento de IESs privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI; da privatização interna das IESs públicas, via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado; e do produtivismo que acompanha a pesquisa e a pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq. O segundo eixo exprime a certificação em larga escala vistoriada em ações como o EAD e o REUNI/2007. O REUNI tinha como objetivos o aumento das vagas de ingresso, redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas. Nesse sentido, “[...] é no interior das propostas “democratizantes” levadas a cabo por programas como o REUNI, que a assistência estudantil é incorporada na agenda de “reformas” do governo federal” (NASCIMENTO, 2013, p. 14).

Essa dinâmica de expansão da rede pública de educação superior foi acompanhada por mudanças legislativas e normativas que possibilitaram políticas de ingresso e permanência de estudantes, com destaque para o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES¹⁶, de 2010 e a Lei de Cotas, de 2012. Michel Temer assevera a agenda contrarreformista, por meio da EC/95, conforme já citada, o que traz repercussões comprometedoras para o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), inclusive para a assistência estudantil (IMPERATORI, 2017, p. 291). No campo educacional, verificam-se ações preocupantes do atual governo Bolsonaro/Mourão, no ano de 2019, além da interferência na autonomia das universidades e institutos federais. Por meio da MP 914/2019, os cortes orçamentários e contingenciados têm feito parte de novo regime fiscal, fragilizando ainda mais o PNAES, cuja regulamentação seja por meio do Decreto nº 7.234/2010.

¹⁶Em termos de concepção, o PNAES apresenta algumas tendências das demais políticas sociais que sofrem com os rebatimentos das intensificações das contrarreformas do Estado no atual governo, com ações focalizadas, pautadas na diversidade de critérios para acesso aos programas e permanência, dentre eles, a questão per capita (até 1 SM e meio), e as condicionalidades para cumprimento de créditos/disciplinas, reforçando uma lógica moralizante, cuja penalidade ocorre por meio do desligamento do programa para ser substituído por outros estudantes dos infundáveis cadastros-reserva das seleções.

Nos três últimos anos do segundo mandato do Governo Lula, e nos anos em que Dilma governou o país, verificaram-se investimentos crescentes para o PNAES. Em 2016, o orçamento para o PNAES foi de R\$ 1.030.037.000,00. No governo de Michel Temer, essa lógica crescente começa a ser contrariada, sendo registrado menos de 1 bilhão nos anos de 2017 e 2018. Bolsonaro, nos anos de 2019 e 2020, manteve um orçamento de pouco mais de 1 bilhão, inaugurando, em 2020, um novo regime de repasse de recursos públicos, pautado na lógica da divisão das rubricas em recursos não condicionados (recursos que estão garantidos) e recursos condicionados (na dependência da arrecadação federal), no jogo das emendas parlamentares. Em 2021, esse orçamento cai para R\$ 874.665.283,00, estando mais da metade deste condicionado (R\$ 501.012.687,00¹⁷ – condicionado), um corte de cerca 200 milhões de reais dos recursos destinados ao programa, comprometendo o desenvolvimento das ações do PNAES, sobretudo no momento de crise sanitária em razão da pandemia, com altas taxas de pobreza e desemprego, o que decerto já influencia na evasão e retenção dos estudantes nas universidades. Para o ano de 2022, de acordo com Silva (2021), estava previsto o valor de R\$ 1.060.722,95, um aumento de 26,5%, embora não acompanhe a inflação de 2019 a 2021, levando em consideração a lógica condicionada de repasse e a demanda crescente de estudantes que precisam da assistência estudantil para permanecerem nas IFES.

O ENEM/SISU e a Lei de Cotas alteram o perfil dos estudantes, conforme os dados da pesquisa do FONAPRACE/ANDIFES, o que coloca uma série de desafios para as universidades, sobretudo nesse contexto de ofensiva ultraneoliberal do governo autocrático de Bolsonaro. A assistência estudantil, nos governos petistas se mostrava insuficiente, limitada e focalizada, no atual governo essa situação é asseverada pelos cortes orçamentários mencionados e pelas particularidades de uma crise sanitária mundial que escancarou as expressões da questão social em suas faces mais perversas, trazendo rebatimentos para os segmentos estudantis¹⁸

¹⁷Os dados orçamentários do PNAES/Nacional foram consultados no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - Siop (2021)

¹⁸A alteração do perfil dos estudantes que têm ingressado nas IES coloca desafios para as instituições no sentido de que essa expansão garanta não apenas a democratização no acesso, mas as condições objetivas para que os estudantes permaneçam nas instituições de ensino superior. As pesquisas do FONAPRACE

que estão nas Instituições de Ensino Superior/IES e que dependem do PNAES para permanecerem e concluírem seus estudos.

IV. CONCLUSÃO

Dias difíceis esbanjando medos, recuos nos campos das liberdades civis e democráticas, comprometimentos dos Direitos Sociais e da própria existência humana em tempos de barbarização da vida humana. Mas, como dizia Nelson Cavaquinho em sua canção Juízo Final: *O sol há de brilhar mais uma vez, a luz há de chegar aos corações.*

Sem a pretensão de romantizar o dramático cenário bolsonarista em que estamos envolvidos, eivado de crimes, corrupção, contrarreformas do Estado, apassivamento das classes sociais e inclinações golpistas a esperança há de chegar a esse povo brasileiro com as eleições presidenciais de 2022, cuja tarefa primordial seja derrotar Jair Messias Bolsonaro no pleito eleitoral. Mesmo cientes dos enormes desafios para reconstrução do país, e para buscar estratégias de conviver com as pressões do neoliberalismo no possível governo de Lula e Alckmin, embora seja uma aliança perigosa, ela seja necessária para frear o autoritarismo personalizado no “Messias” que hoje ocupa a presidência da república.

A segunda década do Século XXI radicalizou os interesses do modo de produção capitalista para o atendimento das suas necessidades de acumulação expropriação de direitos, recorrendo ao Estado Burguês, grande parceiro nessa empreitada de valorização da hegemonia capitalista. É necessária a aproximação dessa realidade

indicam o perfil dos estudantes de graduação presente nas IFES brasileiras e os desafios postos para permanência estudantil. De acordo com os dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes, 70,2% de estudantes são oriundos de escolas públicas e com renda mensal familiar de até 1 e meio salário-mínimo; 51,2% de estudantes autodeclarados negros, conforme consta no Relatório Executivo do FONAPRACE/ANDIFES/2019.

social de modo a entender e conhecer as mudanças, os impactos e as situações particulares e concretas de ataques aos direitos sociais, sobretudo para o Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES implementado nas universidades federais, lócus de ataques constantes do governo Bolsonaro. Cujas fragilidades ainda se torna maior, por ser um programa que contribui para o acesso e permanência dos estudantes no acesso à Educação, mas que é regulamentado por Decreto (Decreto nº 7.234/2010), e pelos aspectos conceituais e operacionais atrelado ao cumprimento de condicionalidades por parte dos estudantes para assegurar a permanência no PNAES, tornando-se um programa focalizado e moralizante.

E ainda, reafirma-se a necessária articulação e fortalecimento da organização e mobilização popular dos trabalhadores e trabalhadoras para o enfrentamento dos ataques dessa radicalidade neoliberal que se manterá atenta e fiel ao seu projeto de espoliação da classe trabalhadora e dos direitos sociais. Eis o desafio!

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e classes sociais no Brasil. **Blog da Boitempo**, 2013 Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/12/20/neodesenvolvimentismo-e-classes-sociais-no-brasil/> (Acesso em 11/11/2021)

BEHRING, Elaine, Rossetti. Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade I.

BEHRING, Elaine, Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade III

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 128 (janeiro/abril). São Paulo: Cortez, 2017

CAETANO, Mira. L. M; MARCONSIN, Cleier. Emprego ou direitos: a “escolha de Sofia” dos trabalhadores na contemporaneidade brasileira. In **O Neofascismo no**

Poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Orgs. Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019

CASTILHO, Daniela. Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** In R. Katálisis, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021 ISSN 1982-025

DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. In **O Neofascismo no Poder (Ano I):** Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Orgs. Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** (Relatório Executivo). Uberlândia, 2019.

GRANEMANN, Sara. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 21, n. 46,p. 50-71, maio/ago. 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo/SP: Boitempo, 2011

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995

IMPERATORI, Thaís. Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

LIMA, Kátia Regina de Souza. Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo século. FORTI. Valéria et al (Coord.) **Serviço Social e Educação.** Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2012

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In **O Neofascismo no Poder (Ano I):** Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Orgs. Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019

MARQUES, Rosa. Maria; UGINO, Camila. Kimie. **O Brasil é chamado à ordem.** Argum., Vitória, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe.** 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2018

MOTA, Ana. Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção

capitalista. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2009. Unidade I

MOTA, Ana. Elisabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In **O Neofascismo no Poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Orgs. Juliana Fiuza Cislighi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFPE. Recife, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista/ O Onitorrinco**. 1ª Ed. - São Paulo/SP: editora Vozes, 2003

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** – Colônia. 6ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1985

SALVADOR. Evilásio. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. In. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010

SENA JÚNIOR. Carlos, Zacarias de. O profascismo bolsonarista e a universidade pública no Brasil. In **O Neofascismo no Poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro**. Orgs. Juliana Fiuza Cislighi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019

SILVA, Juscelino Pereira. 2021 – **Palestra proferida no II Encontro da Regional Sudeste do FONAPRACE – 2021**. Universidade Federal de Viçosa. Transmissão pelo Youtube em 07/10/2021. Link: https://www.youtube.com/watch?v=ZTMAZ7_dxJE (Acesso em 24/08/2022)

KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. Vários Autores